

Governo recua e volta a pagar os juros da dívida ao Clube de Paris

Renato Alves

O governo brasileiro voltou atrás e decidiu retomar os pagamentos junto ao Clube de Paris, que reúne os governos credores da dívida externa. A suspensão, que vigorava desde 1º de setembro, envolvia os valores que o governo brasileiro desejava negociar com o clube na próxima fase. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, recuou depois das reações negativas do clube, que não aceitou a decisão brasileira. O presidente da entidade, Jean Claude Trichet, em uma carta enviada ao ministro no último dia 21, argumentou que o Brasil tem condições de manter os pagamentos até a retomada das negociações com o clube, pois acumula reservas cambiais confortáveis (superiores a US\$ 26 bilhões). Na última sexta-feira, Fernando Henrique respondeu à carta comunicando o recuo brasileiro.

Segundo informou o Banco Central, o atraso nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) também contribuiu para a decisão de retomar os pagamentos. As novas avaliações do governo são de que o País só consiga fechar um acordo com o fundo (condição para sentar à mesa com o Clube de Paris) em janeiro ou fevereiro. Com isso, as conversas com o clube só ocorrerão em março ou abril. "O governo avaliou que não seria aconselhável permitir o acúmulo de pa-

gamentos atrasados por período tão longo", explicou o chefe adjunto do Departamento da Dívida, Jose Linaldo Gomes de Aguiar.

A suspensão duraria até a retomada das conversas com os países credores e envolvia apenas pagamentos do setor público, exceto Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce. Segundo Linaldo Aguiar, os órgãos do governo que atrasaram remessas por conta da decisão anterior terão que pagar juros de mora ao clube.

Foi o próprio Pedro Malan, na época ainda negociador da dívida externa, quem recomendou ao ministro Fernando Henrique a suspensão, que seria apenas a repetição de uma medida tomada nas quatro negociações entre Brasil e o clube. A equipe econômica não levou em consideração o fato de que, nas negociações passadas, o País enfrentava problemas cambiais, ao contrário do que ocorre hoje.

O valor global da dívida a ser renegociada com o clube dependerá da duração do acordo. Se as negociações abrangerem os pagamentos devidos até dezembro de 1995, o País renegociará um débito total de US\$ 1,3 bilhão. O governo também quer incluir nas conversas outros US\$ 3,8 bilhões referentes a contratos já negociados em fases anteriores.



Para Fernando Henrique, a hora é de "confrontar a inflação"